

O CIBERATIVISMO ANTES, DURANTE E DEPOIS DE JUNHO DE 2013

CYBERACTIVISM BEFORE, DURING AND AFTER JUNE 2013

Raul Nunes

Professor adjunto da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutor e mestre em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Atua nos seguintes temas: movimentos sociais, ciberativismo e comunicação política.

 10.17771/PUCRio.DDCIS.66110

RESUMO

Todas as análises sobre as manifestações de 2013 enfatizam a importância da internet no processo sociopolítico. Contudo, o papel desempenhado pelo ambiente digital raramente é de fato explorado, convertendo-se em mistificação. Além disso, muitas vezes se concebe 2013 como o início do ciberativismo no Brasil, numa falsificação da história. Desse modo, este artigo analisa a centralidade da internet nos protestos de 2013, localizando esse momento historicamente, de forma a retomar o que o antecedeu e observar o que o sucedeu em termos de ciberativismo. Para tanto, serão considerados os aspectos propriamente tecnológicos e sua utilização para a mobilização social e política, buscando compreender quem fez uso da internet, de que maneira e com quais propósitos. O argumento do artigo é de que Junho de 2013 inaugura um novo momento da relação entre internet e política no Brasil, que pode ser resumido como a rotinização do ciberativismo.

PALAVRAS-CHAVE: ciberativismo; internet e política; comunicação política; manifestações de 2013.

ABSTRACT

All analyses of the 2013 protests highlight the significance of the internet in this socio-political process. However, the role played by the digital environment is seldom thoroughly explored, often shrouded in mystique. Moreover, 2013 is frequently perceived as the inception of cyberactivism in Brazil, a distortion of history. This article, therefore, delves into the internet's central role in the 2013 protests, placing this moment in its historical context, to revisit what came before and observe what ensued in terms of cyberactivism. To achieve this, the article considers the technological aspects and their utilization for social and political mobilization, aiming to comprehend who used the internet, how, and for what purposes. The article's argument is that June 2013 marks a new chapter in the relationship between internet and politics in Brazil, which can be summarized as the routinization of cyberactivism.

KEYWORDS: cyberactivism; internet and politics; political communication; 2013 demonstrations.

Introdução

As análises sobre Junho de 2013 são unânimes em reconhecer a centralidade da internet para os protestos. Singer (2013, p. 24) descreve a dinâmica das manifestações da seguinte maneira: “Convocados pelas redes sociais, os manifestantes percorriam e paralisavam grandes vias públicas por horas a fio, ao final havendo escaramuças com a polícia”. Tatagiba (2014, p. 51), por sua vez, demonstra ceticismo com a ideia de recrutamento apenas virtual, mas reconhece “a importância das redes sociais na convocação para os protestos, principalmente para um público caracterizado em sua maioria por jovens”. Scherer-Warren (2014, p. 420) amplia o quadro e vaticina que “no sistema de informação, foram relevantes as redes sociais virtuais, as redes sociais presenciais e as mídias (a grande e as alternativas)” – interpretação adotada também por Alonso (2017), que cita ainda a circulação de imagens de violência policial nas redes sociais. Bringel e Pleyers (2015, p. 15) acreditam que a internet assume papel de destaque pela “capacidade de contrainformação, de interação e de difusão mais veloz e menos mediada por terceiros” e pela “possibilidade de aproximar a participação política à vida cotidiana”. Gohn (2016, p. 129) vai além e afirma que “a partir de 2013 novíssimos atores entraram em cena e mudaram o panorama das manifestações no Brasil com multidões nas ruas após serem convocadas por redes sociais online”.

Esse breve recorrido por algumas das mais relevantes interpretações acadêmicas sobre Junho de 2013 confirma que o campo compreende a importância da internet para a convocação dos protestos, para a disputa informacional e para o surgimento de novos atores. As grandes leituras sobre 2013, contudo, exploram pouco o que de fato significou a centralidade da relação entre internet e política para as manifestações daquele ano. Menos ainda têm a dizer sobre a centralidade de Junho de 2013 para a história do ciberativismo no Brasil. Não se pode cobrar, é claro, que trabalhos feitos com outros propósitos deem conta de todos os aspectos de dada realidade. Todavia, é necessário que o debate avance de modo a dar conta do que ficou para trás.

Nesses 10 anos desde que o país explodiu em indignação, o aspecto comunicacional de 2013 sofreu um processo de mistificação. Por um lado, tornou-se lugar comum comentar que a internet foi importante para os protestos sem que se faça qualquer aprofundamento, como se esse fosse um dado suficiente. Por outro lado, passou-se a considerar 2013 como o ano de início do ciberativismo no país, tamanho o fascínio que esse acontecimento suscitou. Por isso, esse artigo tem como objetivo localizar Junho de 2013 em meio à história do ciberativismo no Brasil, buscando apontar suas continuidades e rupturas. O argumento presente aqui é de que não é possível entender nem a história de 2013, nem a história do ciberativismo sem considerar que uma é central para a elucidação da outra.

Este artigo está dividido em três seções. Na primeira, é feita uma retomada dos momentos iniciais do uso político da internet no Brasil, explorando formas de atuação, principais atores, disputas discursivas engendradas e aspectos tecnológicos envolvidos. Na segunda seção, passa-se a

uma análise mais detida da importância da internet para Junho de 2013 e, no caminho inverso, dos protestos daquele ano para a mudança de rumos no ciberativismo. A terceira e última seção lida com grandes mobilizações políticas pós 2013, evidenciando a centralidade assumida pela internet e as tensões que se estabeleceram na última década após o transbordamento societário que tem em Junho de 2013 uma de suas causas.

Antes de 2013: da emergência à consolidação do ciberativismo

A internet pode ser definida como uma rede de redes de computadores. Esse emaranhado comunicacional foi gestado ao longo dos anos 1960 e 1970 com conexões parciais até se consolidar efetivamente como a rede mundial de computadores nos anos 1980. No Brasil, a busca pela construção de uma sociedade em rede mobilizou a ditadura militar, que criou a Rede Nacional de Comunicação de Dados por Comutação de Pacotes (RENPAc) por meio da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), em 1984, e pesquisadores universitários, que lançaram a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), com financiamento do Ministério da Tecnologia, em 1989 (BENAKOUCHE, 1997; CARVALHO, 2006).

Paralelamente às redes institucionais, ainda em 1984, indivíduos começaram a abrir os seus *Bulletin Board System* (BBS), redes mais encapsuladas que eram centralizadas em torno de um ou alguns poucos computadores que intermediavam as conexões (GALLO, 1992). Nesse ano, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), organização não governamental (ONG) criada pelos exilados da ditadura Herbert de Souza (Betinho), Marcos Arruda e Carlos Afonso, conseguiu acesso à RENPAc e, em 1985, lançou o próprio BBS, o Alternex. Voltado para organizações da sociedade civil, o Alternex fornecia serviços como e-mail, listas de discussão, acesso a bases de dados e conexão com a internet. Além do empreendimento próprio, o Ibase teve papel fundamental nos anos iniciais da internet no Brasil, uma vez que a organização conseguiu obrigar o governo a melhorar a infraestrutura comunicacional para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92). Foi assim que, em 1992, o Rio de Janeiro sediou a ECO-92 e o Fórum Global e, por meio do Alternex, o Ibase conectou os participantes do evento com ativistas, jornalistas e pesquisadores de outros países (CARVALHO, 2006). Por tudo isso, pode-se considerar o Ibase como precursor do ciberativismo no Brasil.

Nos anos seguintes, a Embratel ensaiava o lançamento de um serviço de acesso à internet, após os baixos resultados alcançados pelos projetos Ciranda e Cirandão (BENAKOUCHE, 1997). Com a chegada de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República, em 1995, o Ministério das Comunicações acabou com o monopólio da estatal sobre as telecomunicações e inaugurou a era da internet comercial no Brasil. Nesse primeiro momento, a internet em terras nacionais era caracterizada por uma estrutura pouco desenvolvida (dependente da RNP como espinha dorsal) e com predomínio dos BBS, que se multiplicaram e diversificaram seus serviços (CARVALHO, 2006).



Com atuação determinante do Ibase, foi instituído pelo governo o Comitê Gestor da Internet (CGI), com representantes do Estado, do mercado, da comunidade acadêmica e de organizações da sociedade civil.

Na segunda metade da década de 1990, diversos atores, como organizações e artistas, puseram seus sites no ar. Além disso, foram criados sites para atender diretamente às demandas do ambiente virtual, a exemplo do mecanismo de buscas Cadê? (VIEIRA, 2003). É nesse contexto que surgem os portais, “um tipo específico de site, que congrega uma série de caminhos para a circulação interna e tem como objetivo guiar o acesso à rede” (NUNES, 2022, p. 83). Dentre os portais brasileiros destacam-se o Zip.Net, que abrigava páginas como a *do Jornal da Tarde* e a *do Pelé*; e o UOL, com edições do jornal *Folha de S.Paulo* e versão digital da revista *IstoÉ*, além de espaço de bate-papo e seção para classificados (VIEIRA, 2003).

Por algum tempo, os portais e sites diversos conviveram com os BBS. Dois expoentes do campo ciberativista ilustram esse momento. O primeiro é o BBS Direitos Humanos e Cultura, criado em 1995, que logo se converteu no portal DHNet. Voltado a ativistas, o portal funcionava como uma enciclopédia digital de direitos humanos, composta por “artigos e ensaios sobre direitos humanos, leis, documentos, declarações, relatórios de encontros, manifestos, cartilhas, manuais e links úteis” (MITRE; DOIMO; MAIA, 2005, p. 183). Mais do que isso, o DHNet também possibilitava a criação de sites de organizações de direitos humanos no portal, abria espaço para o diálogo online entre ativistas, disponibilizava download de programas e articulava ações online e offline de capacitação (MITRE; DOIMO; MAIA, 2005; SOUSA, 2005).

O segundo exemplo é o Mix Brasil, BBS criado por André Fischer para manter em contato os participantes do Festival Mix Brasil de Cultura da Diversidade, realizado em 1993. O BBS logo se converteu no portal Mix Brasil, um espaço dedicado ao público LGBT – ou, como o portal cunhou à época, GLS. Diferentemente do DHNet, o Mix Brasil foi estruturado como um empreendimento jornalístico profissional, congregando notícias, roteiros de eventos, conteúdos informativos, seções eróticas e também espaço para bate-papo. O Mix Brasil produziu uma “parada *gay* virtual” em 1997 e ao longo dos anos se converteu em uma referência LGBT na internet brasileira (NUNES, 2022).

Para além do ciberativismo progressista, é importante notar que já nesse momento atores de direita se fizeram presentes na internet. É o caso do portal PROVIDAFAMÍLIA, da Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família, e do site Pró-Vida de Anápolis. Criados em 1997, ambos constituem iniciativas católicas, com vínculos diretos com a Igreja, e que tinham como pauta principal o combate ao aborto. De um modo mais geral, combatiam tudo o que era associado a uma “cultura da morte”, como eutanásia, “homossexualismo” e métodos contraceptivos (ROCHA, 2020). Como nos casos progressistas, essas páginas conservadoras também disponibilizavam materiais informativos, links para outros sites e coordenavam ações online e



offline, como impressão de zines, realização de abaixo-assinados impressos e por e-mail e também a pressão sobre parlamentares com posições pró-aborto (NUNES, 2022).

Esses atores “pró-vida” ganharam um reforço crítico quando o autodenominado filósofo Olavo de Carvalho lançou o próprio site em 1998. Dotado de um liberal-conservadorismo específico, que focava na batalha moral contra o “marxismo cultural”, e um tom polemista, apelando ao “politicamente incorreto”, Olavo de Carvalho foi construindo um séquito que o acompanhava nos seus cursos de filosofia e na internet. É o caso dos portais O Expressionista e O Indivíduo, que se propunham ser espaço de livre debate de ideias – este último, aliás, surgiu como uma versão online de um jornal estudantil que os autores alegam ter sofrido censura após ser acusado de racismo. Os dois portais tinham estrutura similar, com uma página central dinâmica, contendo colunas de autores diversos, e páginas fixas, com informações e links. Assim foi se constituindo o embrião da rede do olavismo digital (NUNES, 2022).

Ao fim dos anos 1990, diversas redes parciais foram se formando, apresentando poucos ou nenhum ponto de contato entre si. À esquerda, sites de sindicatos e partidos se somavam a grupos negros, LGBT e feministas; enquanto a direita congregava iniciativas pró-armamento e antiaborto, além de sites integralistas e neonazistas. Cerca de 2% da população tinha acesso à internet e os BBS foram definitivamente trocados pelos sites. Nesse contexto, podem ser identificadas as primeiras interações belicosas no ciberespaço brasileiro, como os ataques de Olavo de Carvalho ao portal Gramsci e o Brasil, por meio tanto de publicações em seu site quanto de e-mails enviados aos autores (NUNES, 2022).

Na virada do milênio, o movimento antiglobalização se antecipou ao encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Seattle, nos Estados Unidos, e lançou o site Indymedia, que permitiu a organização e cobertura dos protestos de rua. Seções nacionais dessa iniciativa se espalharam pelo mundo e no ano 2000 foi criado no Brasil o Centro de Mídia Independente (CMI). O CMI Brasil se conformou como um portal de identidade alterglobalista que ecoava as vozes de diversos movimentos sociais, congregando a publicação de postagens, a cobertura de protestos e a realização de manifestações próprias. O coletivo nacional era constituído por coletivos locais e grupos dedicados a funções específicas, tomando decisões por e-mail e em reuniões presenciais. A publicação de textos no site era livre (na “coluna da direita”), mas conteúdos que feriam os princípios do grupo poderiam ser excluídos ou movidos para o espaço de “artigos escondidos” pelo coletivo editorial (CAIRES, 2010). O portal passou a ser alvo de publicações conservadoras e pró-capitalismo oriundas do olavismo digital, a quem eles denominavam “fascistas” (NUNES, 2022).

O liberal-conservadorismo olavista se ampliou muito em 2002, quando Olavo de Carvalho, antevendo e temendo a vitória da esquerda na eleição presidencial, lançou o portal Mídia Sem Máscara (MSM). O MSM reuniu colunistas com diferentes trajetórias que proviam leituras radicais e anticomunistas de acontecimentos contemporâneos, com foco na vitória eleitoral de

Lula e do Partido dos Trabalhadores (PT) e no “esquerdismo” da mídia brasileira (PATSHIKI, 2012). Além das publicações em forma de colunas, o MSM contava com um boletim informativo e uma página para resposta a e-mails de leitores. O portal olavista também tinha como estratégia deliberada a ocupação de espaços digitais, desde a já citada publicação de textos no CMI Brasil até as postagens no site Observatório de Imprensa e comentários em sites de veículos de imprensa (NUNES, 2022).

Um fator que facilitou o crescimento do olavismo digital foi a popularização dos blogs. O blog é um site que se distingue pela frequência das postagens, distribuídas em ordem cronológica reversa, e pela interação entre autores e visitantes (AMARAL; RECUERO; MONTARDO, 2008). Blogs já existiam nos anos 1990, mas foi a partir do lançamento do serviço Blogger, em 1999, que a criação de páginas próprias se tornou fácil, rápida e gratuita. No começo dos anos 2000, surgiram alternativas nacionais de serviços de blogs, como o Blogger Brasil (em parceria com a Globo.com), o Desembucha, o Weblogger e o Blig. Um episódio que demonstra a influência imediata do formato aconteceu em 2001, quando o blog Catarro Verde apontou plágio no discurso de um senador e o caso virou tema do programa *Vitrine*, da TV Cultura (FELITTI, 2009).

Os blogs foram ampliando sua participação na rede ciberativista, até se tornarem majoritários em 2002 (NUNES, 2022). Blogueiros formavam redes cada vez mais extensas por meio da listagem de links de blogs afins (*blogroll*) e comentários nas postagens uns dos outros, formando as blogosferas (NUNES, 2022; RECUERO, 2003). Pelo lado da direita, a inauguração do Mídia Sem Máscara fomentou a articulação de uma blogosfera de direita radical, com a criação de blogs de colunistas do portal, a abertura de blogs de apoiadores e até mesmo a fundação do Wunderblogs, um “condomínio” de blogueiros (os “wunders”), considerado o “refúgio dos ‘olavetes’” (CHAGAS, 2007, p. 77). A pecha de “olavete”, adotada à época, reforça a proeminência do olavismo digital ao mesmo tempo que escancara as críticas aos discípulos do guru Olavo, tomado como preconceituoso, perigoso e messiânico mesmo por atores à direita, como os integrantes do portal conservador Digestivo Cultural (NUNES, 2022). Ainda à direita, mas numa perspectiva menos conservadora e mais liberal, estavam o blog Liberal Libertário Libertino e os portais humorísticos Kibe Loco e Jesus Me Chicoteia.

No campo do ciberativismo de esquerda, no começo dos anos 2000 destaca-se uma presença mais forte de movimentos sociais e organizações da sociedade civil, especialmente grupos LGBT – é notável a realização do Censo GLS, uma pesquisa sobre sexualidade feita de forma completamente virtual e que congregou diversos atores. Por outro lado, partidos e sindicatos se tornaram menos relevantes nessa rede. É importante ressaltar a baixa presença de blogs de esquerda nesse período, com uma maior presença de sites e portais, seja como tradução online de organizações offline, iniciativas propriamente digitais ou ainda híbridos com foco na comunicação, a exemplo da Rede de Informações do Terceiro Setor (RITS) e do coletivo Intervozes (NUNES, 2022).

Nesse momento, começam a surgir também as primeiras redes sociais, sites que têm como foco a interação entre indivíduos por meio da criação de perfis virtuais. No Brasil, o Fotolog e o Orkut foram as primeiras a se popularizar e, neste último, o ativismo político logo se fez presente. O Orkut promovia a formação de comunidades, que eram grupos criados pelos usuários em torno de determinado tema e que permitiam a discussão em tópicos – num modelo próximo ao dos fóruns. Já em 2004, ano de sua fundação, essa rede social contava com comunidades de apoiadores e também de detratores de Olavo de Carvalho, bem como a comunidade NEGROS, voltada ao debate racial (ANDRADE, 2012; PATSCHIKI, 2012; ROCHA, 2018).

Essa primeira fase do ciberativismo no Brasil, que vai de 1995 a 2004, pode ser considerada como a fase de emergência, uma vez que comporta o surgimento das formas elementares de atuação na internet (sites, portais, blogs e redes sociais), congrega atores previamente existentes em ambientes offline e atores que passaram a existir no ciberespaço, registra muitas relações de aliança e algumas relações de disputa entre atores à direita e à esquerda e, ainda, indica episódios de influência sobre a mídia e a política. Nesse intervalo temporal, o percentual da população com acesso à internet passou de 2% no fim dos anos 1990 para 19% em 2004, marcando um aumento significativo no uso da internet no país (NUNES, 2022).

Pode-se dizer que a segunda fase do ciberativismo no Brasil se iniciou em 2005, com o escândalo do Mensalão. Em 6 de junho daquele ano, Roberto Jefferson denunciou à *Folha de S.Paulo* um esquema de compra de votos que implicava muitos parlamentares e as principais figuras do governo federal. As repercussões da denúncia do deputado eram comentadas em tempo real no blog do jornalista Ricardo Noblat. A importância da internet se fez presente nesse contexto quando, no dia 14 de junho, em depoimento na Comissão de Ética da Câmara, Jefferson comentou sobre uma informação veiculada no blog do Noblat. Sobre essa menção, a jornalista e também blogueira Córa Ronai postou, dois dias depois: “a ideia de que um deputado já possa se referir a um blog sem precisar explicar à nação o que ele é me encheu de orgulho e de contentamento: chegamos lá!” (RONAI, 2005).

O escândalo do Mensalão desencadeou uma crise que elevou a temperatura no país e provocou uma febre dos blogs de política. Essa febre pode ser medida pela criação de novos blogs, pelo aumento do acesso, pela maior frequência das postagens e pela interatividade mais constante nos comentários (ALDÉ; ESCOBAR; CHAGAS, 2008). A imprensa passou a investir mais no formato, trazendo jornalistas blogueiros (como a ida do blog do Noblat para o site do Estadão) e criando novos espaços (como o blog Bastidores do Poder, comandado por Josias de Souza, no site da Folha de S.Paulo). Políticos também aderiram à onda dos blogs, como o prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, que ficou conhecido como “prefeito virtual” ao criar um blog para comentar a crise política. Outros usuários, fora da mídia e da política, criaram os próprios blogs para comentar o escândalo do Mensalão, como Alice no País da CPI e Vizinho do Jefferson, ou

passaram a dedicar os seus blogs já existentes para comentar a crise política, a exemplo de Por um Punhado de Pixels, Biscoito Fino e a Massa e Nariz Gelado (NUNES, 2022).

A crise desencadeada pela denúncia do Mensalão promoveu também uma virada de chave na relação entre a imprensa e o PT. Essa relação, marcada por um conflito histórico, foi caracterizada por uma lua de mel no começo do governo Lula, que se rompeu em 2005, ensejando capas de revistas com sugestão de *impeachment* e uma postura adversarial nas eleições do ano seguinte (ALDÉ; MENDES; FIGUEIREDO, 2007; BIROLI; MANTOVANI, 2014; NUNOMURA, 2012). Apesar da cobertura negativa da imprensa e dos reveses políticos, Lula manteve altas taxas de aprovação e conseguiu se reeleger. Nas eleições de 2006, vale dizer, foi intensa a mobilização política nas comunidades do Orkut, com debates e campanhas em torno de Lula e de seu adversário, Geraldo Alckmin (BARROS FILHO; COUTINHO; SAFATLE, 2007).

O período 2005-2006 é fundamental para o ciberativismo no Brasil não só porque representa um incremento expressivo na busca da internet como fonte de informações políticas, mas porque o ciberespaço aparece como lugar relevante de disputas políticas para além do Estado e da mídia — ou mesmo contra eles. No campo da esquerda, a interpretação de que existia um conluio entre parlamentares e a mídia para derrubar Lula (via *impeachment* ou derrota eleitoral), e que por isso era preciso disputar a narrativa por meio da internet, levou a uma adesão significativa aos blogs e à formação da blogosfera progressista (CARVALHO, 2017). No campo da direita radical a leitura era contrária, de que a imprensa não era tão dura quanto deveria com o PT e por isso Lula conseguiu se reeleger e expandir a influência da esquerda. Novos atores se uniram à blogosfera que constituía o olavismo digital e também intensificaram o uso do Orkut para o debate de ideias de cunho liberal-conservador, estruturando um contrapúblico ultraliberal (ROCHA, 2018). Além disso, formou-se um emaranhado de blogs de direita moderada, mais focado no debate anticorrupção, com um viés liberal em termos econômicos, com rechaço ao PT e com certa simpatia pela imprensa e pelos atores do sistema político (NUNES, 2022).

No campo da esquerda, adensaram-se à rede atores como os blogs Amigos do Presidente Lula e Portal Mídia Petista, o portal Agência Carta Maior e os sites do jornal Brasil de Fato e das revistas Carta Capital, Caros Amigos e Fórum – além dos sites de movimentos sociais, de organizações não governamentais e dos partidos de esquerda, notadamente o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Na centro-direita se conectavam blogueiros como Alerta Brasil, Nemerson Lavoura, Serjão Comenta do Céu e Blog da Santa. Já a direita radical mantinha a centralidade do portal Mídia Sem Máscara, do blog do Olavo de Carvalho e dos olavetes do Wunderblogs, com ligações com sites ultraliberais (como o Instituto Liberal) e católicos. No total, esse campo de disputas era composto de quase 1,5 mil atores (entre portais, sites e blogs) e mais de 3 mil conexões feitas por links somente em 2006 (NUNES, 2022).

Como apontado, os campos disputavam com políticos e jornalistas a interpretação da crise política, valendo-se, para isso, da compilação de informações, da publicação de *posts* opinativos e da produção de identidade coletiva (por meio de links, selos e diálogos). Um caso interessante é o da “lista de Furnas”, uma denúncia de corrupção do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) divulgada pela blogosfera progressista e que terminou no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Correios, sendo considerado um documento falso. Ainda no campo da esquerda, sobressaem exemplos como o blog Gerente Chuchu, que ironizava o candidato Geraldo Alckmin; e o Zero Fora, uma paródia do jornal Zero Hora. Esses atores ainda promoviam boicotes e abaixo-assinados que articulavam o online e o offline (NUNES, 2022).

Além do embate com a política e a mídia, a rede ciberativista ampliada e diversificada colocou as próprias blogosferas em disputa. O instrumento da paródia foi utilizado contra a esquerda, como ilustra a criação do blog antipetista Amigos do Presidente Lulla. O mesmo ocorreu quando o blog petista Por um Novo Brasil foi mimetizado pelo antipetista Por um Novo Brasil: sem PT!, que respondeu com um blog recheado de feitos do governo Lula: Por um Novo Brasil sem PT?. Os blogueiros à esquerda e à direita tematizavam os conflitos virtuais e faziam acusações mútuas de promoção de comportamento violento online e até mesmo de invadir e excluir os blogs uns dos outros (NUNES, 2022).

O campo ciberativista foi se tornando mais consciente da própria existência como um espaço relativamente autônomo de disputas. É nesse contexto que surgem iniciativas de coordenação de ação: outros “condomínios” de blogs além do Wunderblogs, como Apostos, Gardenal, Insanus, Outonos e Verbeat; blogs coletivos, como o Bombordo; os blogs agregadores de links para outros blogs, como Blogs Coligados e Blogs Unidos; as blogagens coletivas, a exemplo das postagens sobre amamentação que eram compiladas no Blogagem Coletiva ou de temas diversos no Nós na Rede; e, por fim, a realização de campanhas, como o Movimento Digital de Libertação Nacional e o Xô Sarney, contra a censura e pela preservação da liberdade de expressão na internet (NUNES, 2022).

Nos anos seguintes, as disputas internas do ciberativismo se acirraram, bem como as disputas do campo ciberativista com os campos da política e da mídia. Em 2007, Luis Nassif publicou uma série de textos com acusações ao jornalismo da Veja, o que provocou uma cizânia digital com blogueiros e colunistas da revista, em especial Reinaldo Azevedo e Diogo Mainardi, e rendeu processos ao jornalista. Como escreveu Castilho (2008) no Observatório da Imprensa: “O confronto entre o jornalista Luis Nassif e a revista Veja ganhou ares de primeira grande batalha política a ser travada no mundo dos blogs brasileiros”. Outros conflitos se seguiram: Políbio Braga *versus* Nova Corja, Folha de S.Paulo *versus* Falha de S. Paulo e até mesmo o blog Fatos e Dados, da Petrobras, *versus* Correio Braziliense e O Globo (DARBILLY, 2014; GENTILLI, 2012; ROVAI, 2018).

A essas disputas se somaram investidas contra o campo ciberativista, como o avanço do projeto de lei de crimes cibernéticos no Senado, em 2008, que poderia cercear a liberdade de expressão no ciberespaço. Com a mobilização de André Lemos, Sérgio Amadeu Silveira e João Carlos Rebello Caribé, a petição online “Pelo veto ao projeto de cibercrimes – Em defesa da liberdade e do progresso do conhecimento na internet brasileira” somou mais de 100 mil assinaturas em um mês (SCHIECK, 2009). Caribé também convocou o dia da blogagem política como forma de protestar contra o projeto. Já em 2009, a reforma eleitoral da Câmara dos Deputados modificou uma resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para permitir a campanha eleitoral em sites, blogs e redes sociais, mas proibiu o anonimato. Assim surgiu o blog Associação Nacional dos Blogueiros Anônimos (ANABA), de viés antipolítico, com rechaço ao cerceamento da livre expressão na internet (NUNES, 2022).

Curiosamente, um caso emblemático de mobilização online para ações offline veio da direita: o Cansei, Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros. Em 2007, empresários, advogados e artistas se uniram para protestar contra a crise no setor aéreo em que se inseriram dois acidentes envolvendo voos de empresas brasileiras. Além da mídia tradicional, o grupo se utilizou de blogs, comunidades do Orkut e vídeos do YouTube e conseguiu fazer um ato em São Paulo com mais de 4 mil pessoas. A manifestação, que se converteu num ato contra Lula, terminou criticada na imprensa, pela blogosfera progressista e até mesmo por blogueiros de centro-direita (PENTEADO; SANTOS; ARAÚJO, 2009; ROCHA, 2018).

Nesse momento, cabe apontar a multiplicação de sites de redes sociais. Além do Fotolog e do Orkut, lançados em 2002 e 2004, respectivamente, o público brasileiro também se apropriou do YouTube, aberto em 2005, do Facebook e do Twitter, disponibilizados em 2006, e, posteriormente, do Instagram, inaugurado em 2010 – outras redes, como o Flickr e o MySpace tiveram menor adesão no país (RECUERO, 2010). O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) é exemplar no uso das diversas alternativas de expressão online para a mobilização política. O movimento buscava a aprovação da Lei da Ficha Limpa e para isso criou um site próprio, em que publicava comunicados oficiais, comunidades no Orkut para debate, perfis para divulgação das ações no Facebook, Twitter, YouTube e Flickr, bem como uma rede de blogs apoiadores. O movimento contava com milhares de seguidores em seus perfis e conseguiu coletar 2 milhões de assinaturas numa petição online até 2010, ano em que a lei foi finalmente sancionada pelo presidente Lula (GUISORDI, 2017). Um movimento similar de coordenação de diferentes formas de ação pode ser visto no Afropress, um portal criado em 2004 e focado na denúncia do racismo, no debate sobre ações afirmativas e na valorização da cultura afro. Aliado ao portal, o Afropress tinha perfis no Orkut, Youtube, Facebook e Twitter, enviava os textos publicados numa ampla lista com mais de 10 mil e-mails e ainda buscava pautar a imprensa tradicional (CHAVES; COGO, 2013).

Uma movimentação relevante nesse período foi a institucionalização de atores do campo ciberativista. Na direita radical, foram criados o Instituto Millenium, o Instituto Mises Brasil e o Instituto Ordem Livre. Esses ciberativistas também passaram a participar de organizações mais antigas, como o Instituto de Estudos Empresariais, o Instituto Liberal, a Fundação Friedrich Naumann, a Foundation for Economic Freedom, o Atlas Network e o Cato Institute. No âmbito universitário, o Estudantes pela Liberdade organizou a expansão do ultraliberalismo, que chegou a ter chapas para a disputa do movimento estudantil, como Liberdade USP e Liberdade UnB. Libertarianos atuantes no Orkut tentaram fundar um partido, o Liber, mas a proposta não prosperou, apesar de arregimentar 500 membros (ROCHA, 2018). Alguns expoentes do campo da direita radical passaram a integrar as fileiras da mídia tradicional, a exemplo da ida de Rodrigo Constantino, originalmente colunista do Mídia Sem Máscara, para o jornal *O Globo*.

No campo da esquerda, o movimento de institucionalização foi no sentido inverso, com a saída de jornalistas dos veículos da imprensa para a atuação no ambiente digital. A blogosfera progressista também caminhou para uma organização mais unitária. Após uma série de discussões iniciadas na 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), foi criado em 2010 o Centro de Mídia Alternativa Barão de Itararé, que realizou naquele mesmo ano o I Encontro Nacional dos Blogueiros Progressistas, do qual participaram 330 blogueiros – os encontros seguintes passaram a se chamar Encontro de Blogueiros e Ativistas Digitais. A organização da BlogProg tinha como objetivo participar das lutas pela democratização da comunicação, fortalecer mídias alternativas, compreender as mudanças do cenário comunicacional e formar comunicadores. Os blogueiros progressistas, que se levantaram contra o Partido da Imprensa Golpista (PIG), foram chamados por políticos de direita de “blogueiros sujos” e acusados por jornalistas de compor a Militância em Ambientes Virtuais (MAV) do PT, isto é, de serem um braço de atuação digital financiado pelo governo federal (CARVALHO, 2017).

O ano de 2010 é importante porque abarca o final do governo Lula, que terminava seu segundo mandato com 80% de aprovação, e a tentativa do PT de emplacar a eleição de Dilma Rousseff. Foi no contexto da eleição da primeira mulher presidente do Brasil que surgiu o Blogueiras Feministas. O blog foi criado por meio de uma articulação ampla de mulheres em listas de e-mails, promovida por Cynthia Semíramis e Maria Frô, que marcava um diálogo crítico com uma blogosfera progressista de comando muito masculino. O Blogueiras Negras também começou a ser constituído por meio de uma lista de e-mails, que deu origem à Blogagem Coletiva Mulher Negra, a partir de uma convocação de Charô Nunes em 2012, e, depois, ao blog propriamente dito, em 2013. O site Transfeminismo, por sua vez, foi criado por Hailey Kaas em 2011 (NUNES, 2017). Essas iniciativas se somaram a personagens anteriores presentes no ciberespaço, como o blog *Escreva Lola Escreva* e o portal *Geledés – Instituto da Mulher Negra*, e constituíram um feminismo eminentemente virtual. O ciberfeminismo que se formou a partir

de 2010 estabeleceu uma rede intensa de diálogos e disputas, sendo caracterizado pelo papel central da internet, o foco na interseccionalidade e a organização em coletivos (NUNES, 2022; PEREZ; RICOLDI, 2018). Sob esse pano de fundo, começam a ir para as ruas do Brasil as primeiras Marchas das Vadias, em grande parte articuladas em blogs, com a primeira realizada em São Paulo, em 2011, reunindo 300 pessoas (DUTRA; NUNES, 2015).

O momento de fortalecimento da identidade blogueira é também o início do seu ocaso. Essa ambiguidade é evidenciada por duas matérias publicadas pelo *Estadão* em 2009: uma promovia a escolha dos 15 maiores blogueiros e blogueiras da década, enquanto outra trazia a pergunta: “É o fim dos blogs ou só da blogosfera?” (BLOGUEIRO, 2009, MARTINS; FREITAS, 2009). Com a popularização crescente das redes sociais, as blogosferas perderam a centralidade que outrora tiveram e os “blogueiros” se tornaram apenas navegantes em um dos muitos ambientes do ciberespaço. Em 2011, 87% dos brasileiros com acesso à internet diziam utilizar redes sociais, e mesmo nesses ambientes houve uma mudança importante: o Orkut perdeu para o Facebook o posto de rede social mais utilizada pelos brasileiros após sete anos de dominância (FACEBOOK, 2011). Assim, encerrou-se o período de consolidação do ciberativismo no Brasil (2005-2012), com um crescimento definitivo no uso político da internet guiado pelas blogosferas e com algum grau de convivência com os sites de redes sociais (NUNES, 2022).

Durante 2013: o ciberativismo ganha centralidade

O ano de 2013 começou com um pequeno protesto em Porto Alegre (RS), ainda em janeiro, organizado pelo Bloco de Luta pelo Transporte Público com o objetivo de impedir o aumento do valor da passagem de ônibus. Novos protestos aconteceram na cidade nos meses seguintes, com número crescente de participantes, até que em abril o movimento conseguiu deter o aumento da tarifa (OLIVEIRA, 2013). Em maio, foi a vez da Frente de Luta do Transporte Público ir às ruas por melhorias no transporte urbano em Goiânia (GO), sendo alvo de violenta repressão policial (TAVARES; RORIZ; OLIVEIRA, 2016). Em Natal (RN), o mês de maio também foi o momento de manifestações relacionadas ao transporte público: a Revolta do Busão. O protesto contra o aumento da tarifa, porém, foi reprimido duramente, assim como no caso goiano (PAULINO, 2013).

No dia 1º de junho, a Prefeitura do Rio de Janeiro aumentou o valor da passagem dos ônibus municipais. No dia 2, foi a vez da Prefeitura de São Paulo e o Governo do Estado de São Paulo aumentarem de forma coordenada a tarifa de ônibus, trens e metrô. No dia 6 de junho, protestos aconteceram na Avenida Presidente Vargas, no Rio, mobilizados pelo Fórum de Lutas; e na Avenida Paulista, em São Paulo, organizados pelo Movimento Passe Livre (MPL). Em ambos os casos, os atos terminaram com manifestantes feridos e presos pela polícia. Novas manifestações se seguiram nas duas capitais, até que no dia 13 de junho foram pelo menos nove cidades mobilizadas em torno da pauta do transporte público em quatro das cinco regiões do país. O dia 13



ficou marcado pela repressão desproporcional aos protestos, com o caso emblemático de São Paulo: mais de 200 manifestantes presos e muitas pessoas feridas, incluindo jornalistas, após o emprego de bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha pela polícia (DELORENZO, 2015; NUNES, 2022).

A violência policial mudou os rumos da opinião pública. Se nos dias anteriores o foco da imprensa e dos governantes era os atos de vandalismo cometidos durante as manifestações, a partir do dia 13 esses atores reconheceram a desproporção da repressão e propuseram uma diferenciação entre vândalos e manifestantes pacíficos (DELORENZO, 2015; PEREIRA, 2021). Com a guinada da opinião pública e uma onda de solidariedade, os protestos se alastraram definitivamente para o resto do país. Em 17 de junho, foram mais de 25 cidades mobilizadas. No dia 20, esse número passou de uma centena. Num ato simbólico, manifestantes que estavam na Esplanada dos Ministérios, em Brasília (DF), subiram nas marquises do Congresso Nacional. Aumentos de tarifa foram revogados no Rio de Janeiro (RJ), em São Paulo (SP), em Aracaju (SE) e em Belo Horizonte (MG) (NUNES, 2022).

Os protestos de Junho de 2013 certamente não surgiram do nada, e podem ter suas causalidades reconstruídas nas interseções entre economia, política e mobilizações sociais ou mesmo na inserção do Brasil numa nova geopolítica da indignação global (BRINGEL; PLEYERS, 2015; FERREIRA *et al.*, 2022). No que concerne a esse artigo, cabe posicionar esse acontecimento do ponto de vista da relação entre internet e política. Num olhar panorâmico, é necessário apontar que em 2013 metade da população brasileira passou a ter acesso à internet. O computador prevalecia como principal meio de navegação (88,4%), mas o celular passou a ser utilizado também pela maioria das pessoas para acessar a internet (53,6%). A internet passou a ser algo muito próximo de grande parte da população, podendo estar inclusive na palma da mão e mesmo fora de casa (NUNES, 2022). Um dado ainda mais relevante é que entre 70% e 81% dos manifestantes disseram ter se informado sobre os atos pelo Facebook (DELORENZO, 2015; FIDELIS; LOPES, 2015). Assim, é possível afirmar que Junho de 2013 só foi possível em razão do uso massivo da internet.

A principal forma de utilização do Facebook durante Junho de 2013 foi a criação de eventos para a convocação dos protestos (FIDELIS; LOPES, 2015; NUNES, 2022; PEREIRA, 2021). Essa ferramenta presente na plataforma permitia o planejamento de atividades coletivas das quais os usuários podiam participar. Os eventos tinham nome, descrição, local e horário, podiam ser criados por perfis ou páginas e ter caráter público ou privado. Os usuários podiam confirmar a presença no evento (ou dizer que talvez iriam) e assim passavam a integrar a lista de participantes. Além disso, podiam convidar pessoas da sua lista de amigos para participar e compartilhar no próprio perfil. Na página do evento também havia uma área para postagens, que servia para a publicação de informações e para a promoção de debates e disputas.

Essa conjunção de dispositivos dentro da ferramenta tornava os eventos um meio muito eficaz para a convocação de protestos. Em primeiro lugar, porque a convocação de amigos provocava um efeito bola de neve, e assim a atividade poderia chegar a públicos muito distantes dos criadores (FIDELIS; LOPES, 2015). Em segundo lugar, porque o evento poderia aparecer na página inicial dos usuários (linha do tempo ou *feed*) caso fosse compartilhado por seus amigos ou por alguma página que seguia e mesmo quando um deles confirmava presença na atividade (NUNES, 2022). Em terceiro lugar, porque o Facebook listava os eventos aos quais os usuários se propunham comparecer e enviava notificações, tornando mais fácil a lembrança de dia e hora da atividade. Por último, os debates e embates gerados no espaço de publicações do evento poderiam constituir uma forma de construção de identidade coletiva (NUNES, 2017). No auge dos protestos, os eventos relacionados a Junho de 2013 atingiram números inéditos, com centenas de milhares de confirmados (PEREIRA, 2021).

As ruas e as redes funcionaram de maneira simbiótica em 2013. Para além da convocação na forma de eventos, páginas e perfis faziam chamamentos personalizados e forneciam instruções quanto ao trajeto e às formas de proteção nos atos. Os conteúdos simbólicos também eram compartilhados entre os espaços online e offline, como frases de efeito da internet que viravam cartazes e hashtags que se convertiam em gritos de guerra, contribuindo para a construção de identidade coletiva (MENDONÇA *et al.*, 2019; NUNES, 2022; PEREIRA, 2021). Dentre essas práticas de comunicação entre redes e ruas, tem destaque a cobertura do evento em tempo real, seja na forma de registros ou relatos. Transmissões ao vivo no Facebook e YouTube, vídeos postados posteriormente e descrições do funcionamento do ato serviam para contrapor o enquadramento inicial da opinião pública de que os atos seriam negativos e os manifestantes estariam a serviço do vandalismo. A produção de registros de violência policial foi especialmente importante nesse contexto, uma vez que contribuía para a segurança dos manifestantes, por um lado, e, por outro, para reforçar a posição de que a polícia não agia somente quando provocada, e sim de forma desproporcional e violenta (DELORENZO, 2015).

O compartilhamento das ruas e as alianças nas redes não devem fazer perder de vista que Junho de 2013 foi um acontecimento bastante heterogêneo. De fato, os primeiros atos foram convocados por movimentos autonomistas, como o Fórum de Lutas no Rio de Janeiro e o MPL em São Paulo. Contudo, após a massificação dos protestos, outros atores vieram à tona. À esquerda, é possível citar a participação de membros de partidos de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Mais do que isso, teve centralidade nesse momento o coletivo Mídia Ninja, criado em 2011 com base no Fora do Eixo, uma rede de coletivos culturais (VALLE *et al.*, 2015). O Mídia Ninja contribuiu de forma decisiva para a convocação e, sobretudo, para a cobertura dos protestos, tornando-se uma das principais figuras de Junho de 2013. Por outro lado, as páginas com maior alcance no Facebook eram portadoras de um discurso antipolítico

fundamentado na gramática anticorrupção e com frequentes ataques aos governos petistas. Entre os atores notáveis estão O Gigante Acordou; AnonymousBr4sil; FORA PT; Brasil, é hora de acordar; e Dilma Rousseff, NÃO (ALVES, 2019; MENDONÇA *et al.*, 2019).

Essa confluência de atores díspares podia ser avistada nas ruas pela coloração de cada grupo: a esquerda de vermelho, os autonomistas de preto e os patriotas de verde e amarelo (ALONSO; MISCHÉ, 2017). A grande disputa, porém, se deu quanto à avaliação de quais pautas deveriam ser centrais para o movimento. O MPL insistia na agenda da tarifa zero como forma de aglutinar outras demandas por igualdade por meio do debate urbano, tendo, em certo momento, pautado também o combate à violência policial. Páginas como O Gigante Acordou, por sua vez, lançaram o lema “não é só por 20 centavos” como forma de trazer para o centro do debate o repúdio ao sistema político e à corrupção (MENDONÇA *et al.*, 2019). Algumas pautas operavam convergências simbólicas, como a crítica aos megaeventos como Copa do Mundo e Olimpíadas, que podia ir tanto pelo caminho antipolítico quanto pela demanda de maior atenção às políticas públicas. Outras pautas, como a oposição à Proposta de Emenda Constitucional 37/2011 (PEC 37), demonstravam o caráter abrangente das demandas, uma vez que essa proposta versava sobre a competência para investigações criminais. Fato é que páginas mais à direita conseguiram dominar o debate após a massificação dos protestos no dia 17 de junho (ALVES, 2019).

Embora Junho de 2013 tenha congregado atores e gramáticas muito diferentes, é possível dizer que esse acontecimento proporcionou uma politização da sociedade, um verdadeiro transbordamento societário (BRINGEL; PLEYERS, 2015). A associação entre protestos massivos de visibilidade nacional com um ambiente comunicacional mais próximo dos indivíduos diminuiu os custos de participação política (NUNES, 2022). O ciberativismo se mostrou como uma possibilidade atrativa e, mais do que isso, como um imperativo para quem almejasse disputar os rumos políticos do país. Assim, o ciberespaço apareceu à população brasileira como um espaço primordial das disputas políticas. Afinal, só houve Junho porque existiu apropriação da internet, seja em forma de convocação dos atos ou para tensionar as interpretações da opinião pública.

Essa mudança qualitativa das relações entre internet e política no Brasil também trouxe outras implicações relevantes. Junho de 2013 acelerou o processo de incorporação cotidiana das redes sociais e a diminuição da importância de formas anteriores de fazer política na internet, como portais, sites e blogs. Na realidade, essas ferramentas permanecem em vigência, mas sob a realidade da plataformização da web. Isto é, as plataformas de redes sociais se difundem para o resto da web e, ao mesmo tempo, forçam-na a incorporar seus mecanismos e suas funcionalidades (HELMOND, 2015). Em resumo, portais, sites e blogs permanecem como alternativas de atuação no ciberespaço, desde que se ajustem à lógica das plataformas. Nesse novo ambiente comunicacional, as plataformas de redes sociais atuam por meio de uma lógica oculta: a lógica algorítmica, que define a visibilidade de conteúdos com base no gosto calculado do sujeito (PADILHA; FACIOLI, 2018).

Depois de 2013: a rotinização do ciberativismo

O ano de 2014 é marcado pela reeleição de Dilma Rousseff, configurando o quarto mandato seguido do PT. Essas eleições apresentaram grande uso das redes sociais, seja pelos candidatos ou pelo próprio eleitorado (CHAGAS, 2016; PENTEADO; PEREIRA; FIACADORI, 2016). Por outro lado, os atores mais proeminentes no ambiente virtual durante os protestos de 2013 não se dedicaram ativamente ao debate eleitoral, mantendo, em vez disso, um discurso crítico quanto à democracia representativa (SEGURADO; CHICARINO, 2016).

Apesar da vitória do PT, o ano começou e terminou de forma negativa para o partido. Em 17 de março foi deflagrada a Operação Lava Jato pela Polícia Federal, destinada ao combate à lavagem de dinheiro e à evasão de divisas. A investigação contou com formação da força-tarefa da Lava Jato no Ministério Público Federal e intensa participação do juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Criminal da Justiça Federal de Curitiba (PR). Na primeira fase, a operação mirava figuras como o doleiro Alberto Youssef, mas nas etapas seguintes foi ampliando seu escopo: abarcou empreiteiras e a Petrobras e atingiu grandes empresários e políticos relevantes. A Lava Jato se tornou tema central na imprensa brasileira e avançou sobre quadros do governo e do PT, a exemplo da prisão do senador Delcídio do Amaral, em 2015, e da condução coercitiva do ex-presidente Lula para prestar depoimento, em 2016.

A Lava Jato não deteve a vitória do PT, mas estimulou o sentimento antipetista, que misturava o discurso anticorrupção com uma concepção de que o partido buscava se eternizar no poder. Foi nesse cenário político tensionado que o candidato derrotado Aécio Neves questionou o resultado das eleições e abriu espaço para as mobilizações a favor do *impeachment* (ALVES, 2019). A primeira manifestação se deu no dia 1º de novembro de 2014, menos de uma semana após o segundo turno, e levou mais de 2,5 mil pessoas às ruas da Avenida Paulista, em São Paulo. Novos protestos seguiram, até que no dia 15 de março de 2015 cerca de 2 milhões de pessoas saíram às ruas de todo o país, evento considerado por boa parte da imprensa como o maior protesto desde as Diretas Já (NUNES, 2022).

Nessas manifestações, a internet desempenhou papel fundamental. Em primeiro lugar, uma complexa rede de direita se formou em torno da pressão pelo *impeachment*, envolvendo atores conservadores como Olavo de Carvalho, o humorista Danilo Gentili e o deputado federal Jair Bolsonaro; grupos liberais, como o Instituto Mises Brasil; personagens ligados às forças de segurança; veículos de imprensa; e políticos de centro-direita. Muitos dos nós mais influentes dessa rede eram na verdade páginas sem autoria clara, mas com posicionamento marcadamente de direita, como Direita Vive 3.0, Movimento Endireita Brasil, Força Patriótica – Comando Nacional de Caça aos Corruptos e Movimento Contra a Corrupção (PENTEADO; LERNER, 2018).

Esses atores contribuíram para a construção de uma gramática antipetista e *pró-impeachment* nas redes sociais e utilizaram o Facebook como canal para convocação dos protestos de rua. Entre os principais organizadores dos atos, convocados por meio dos eventos do



Facebook, estavam o Revoltados Online (ROL), o NasRuas, o Vem Pra Rua (VPR) e o Movimento Brasil Livre (MBL). O ROL foi criado por Marcello Reis no ano 2000 e inaugurou sua página no Facebook em 2015; já o NasRuas foi fundado em 2011 por Carla Zambelli. O VPR e o MBL, por sua vez, surgiram no contexto das manifestações de Junho de 2013, canalizando a indignação do momento para a formação de movimentos anticorrupção de viés liberal-conservador, com profunda visão antipetista. No VPR, os nomes principais eram os de Rogério Chequer e Colin Butterfield, enquanto o MBL foi concebido por Juliano Torres, Felipe França, Renan Santos e Fábio Ostermann, a quem se somou posteriormente Fernando Holiday e Kim Kataguirí (DIAS, 2017; PENTEADO; LERNER, 2018).

As manifestações *pró-impeachment* inauguraram a apropriação massiva das ruas por atores de direita, algo que não era visto nas mesmas dimensões desde as mobilizações em torno do golpe militar de 1964. Do outro lado, a esquerda reagiu e saiu em defesa do mandato de Dilma, entoando gritos de “Não vai ter golpe!”. Diferentemente dos atos *pró-impeachment*, as mobilizações contrárias tiveram adesão muito menor e em geral ficaram restritas a atores com afinidades prévias com o PT, como partidos de esquerda, sindicatos, movimentos sociais e parte da classe artística. O Facebook também cumpriu papel importante nesse caso, mas sem a mesma centralidade no aspecto mobilizatório, uma vez que as decisões e convocações passavam muito mais pelas organizações estabelecidas.

Parte da gramática *anti-impeachment* adivinha do movimento feminista, por meio de organizações como a Marcha Mundial das Mulheres e a União Brasileira de Mulheres. Um argumento bastante mobilizado foi o de que o Congresso, de maioria masculina, buscava derrubar a primeira mulher eleita presidenta do país e que por isso o golpe seria misógino. A visão do parlamento como patriarcal e conservador foi reforçada pelas falas e ações do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que assumiu uma postura de oposição aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, sintetizado na frase “aborto só por cima do meu cadáver” (EDUARDO, 2015).

Entre outubro e novembro de 2015, diversas ações feministas impactaram as redes e as ruas. No dia 21 de outubro, o coletivo Think Olga lançou a campanha #PrimeiroAssedio como resposta ao assédio virtual praticado contra uma participante de um *reality show* que tinha apenas 12 anos. A campanha propunha que mulheres postassem no Facebook e no Twitter relatos de suas primeiras experiências de assédio sexual, como forma de colocar em evidência que esse não era um ato isolado, e sim uma experiência compartilhada por grande parte das mulheres. Esse evento inspirou a hashtag #MeuAmigoSecreto, uma campanha de caráter similar criada pelo coletivo Não Me Kahlo, no Twitter, em novembro daquele ano. A campanha se expandiu, chegou ao Facebook e ao Instagram, foi convertida na página “Meu Amigo Secreto É” como forma de agregar os relatos, e foi posteriormente publicada como livro (ARAÚJO, 2016). Em 21 de outubro, o projeto de lei nº 5069/2013, que previa punição para o incentivo ou auxílio ao aborto, foi

aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. O movimento feminista via esse projeto, de autoria de Eduardo Cunha, como uma tentativa de restringir os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Assim, surgiram campanhas digitais, como “Pílula Fica, Cunha Sai”, um abaixo-assinado contra o projeto e também eventos de convocação para manifestações de rua, com o lema “#ForaCunha”. O primeiro protesto aconteceu no Rio de Janeiro, no dia 28 de outubro, e outros se seguiram em diversas capitais nos dias posteriores, com novos atos em novembro. Essa conjunção de mobilizações feministas em 2015 ficou conhecida como Primavera das Mulheres (BRITO, 2017).

No fim de 2015, novas mobilizações conjugaram redes e ruas. Uma proposta do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, previa o fechamento de cerca de cem escolas, o que ocasionaria uma grande transferência de alunos. Como resposta, os estudantes começaram a ocupar suas escolas para demonstrar indignação. A proposta de reorganização da rede de ensino foi barrada em 2016, após mais de 200 escolas terem sido ocupadas. Um material importante para as ocupações foi o manual *Como ocupar um colégio?*, elaborado pela página O Mal-Educado, que circulou entre os manifestantes (ROMANCINI; CASTILHO, 2017). O movimento paulista inspirou ocupações de escolas em pelo menos cinco estados, com a conjugação de pautas locais e nacionais, tendo grande importância a oposição ao projeto Escola Sem Partido, uma cruzada contra a “doutrinação ideológica” nas escolas que ganhava tração nos legislativos municipais, estaduais e federal.

Nesse contexto político conturbado, a direita venceu a queda de braço na opinião pública e no Congresso: o pedido de *impeachment* de Dilma foi colocado em marcha por Cunha, aprovado pelos deputados e senadores e culminou com a posse de Michel Temer como presidente. O mandato de Temer deu um cavalo de pau na direção do governo, com a implementação de reformas de cunho neoliberal. Entre essas reformas destacam-se o Teto de Gastos, que limitava o crescimento das despesas e poderia afetar áreas como saúde e educação; e o Novo Ensino Médio, que previa, entre outras coisas, a redução da carga horária de disciplinas e apostava no formato de itinerários. A partir daí surgiu uma segunda onda de ocupações, iniciada no Paraná, e que abarcou não só escolas, mas também universidades (KETZER; ROSA, 2018). Nas duas ondas de ocupações, a internet foi um elemento fundamental, com destaque para o Facebook. Cada ocupação tinha sua página, em que se comunicava com quem estava fora, divulgando notícias, conteúdos afins, pedidos de doações e a própria rotina da escola. Nesse sentido, as ocupações utilizaram a internet como forma de construir uma opinião favorável ao movimento, o que passava pela defesa de suas ideias, mas, principalmente, pela exposição da dinâmica diária, incluindo o registro das atividades formativas e de limpeza do ambiente escolar (KETZER; ROSA, 2018; ROMANCINI; CASTILHO, 2017). É possível dizer que o sucesso da ocupação offline, seja com a efetivação de suas demandas ou com a continuidade do movimento, passava pela construção de uma percepção positiva no ciberespaço (NUNES, 2022).

O mandato de Temer foi marcado por uma aprovação baixíssima, que chegou a meros 2%, por escândalos de corrupção que o tornaram, inclusive, alvo de denúncia enviada pela Procuradoria Geral da República (PGR) ao Supremo Tribunal Federal (STF), e por manifestações de repulsa constantes – dos gritos de “Fora Temer” aos “vomitaços” (CHAGAS, 2019). Com apoio da imprensa, pela realização de reformas neoliberais (em especial o Teto de Gastos, a Reforma Trabalhista e o andamento da Reforma da Previdência), e do Congresso, pela blindagem do sistema político, Temer resistiu no poder até o fim do mandato. Assim, o Brasil chegou às eleições de 2018.

No primeiro semestre de 2018, Lula foi preso após a sentença condenatória do juiz Sergio Moro ser confirmada pela segunda instância. Por outro lado, ainda em 2017, Aécio Neves havia sido denunciado pela PGR ao STF por corrupção passiva e obstrução de justiça. Ou seja, os principais candidatos do PT e do PSDB ficariam de fora do pleito eleitoral; o primeiro por impedimento judicial (lei da Ficha Limpa) e o segundo por desgaste de imagem. Temer tampouco buscou a reeleição, deixando o campo ainda mais aberto para outros atores.

Nesse panorama de fortalecimento do discurso anticorrupção e sentimento antipolítica, prosperou a candidatura do então deputado Jair Bolsonaro. O capitão da reserva do Exército vinha construindo sua candidatura desde 2010, ao costurar alianças políticas e iniciar um périplo por programas de entretenimento televisivo (PIAIA; NUNES, 2022). Durante as manifestações de 2013, tentou ganhar visibilidade, mas ainda sem muito sucesso – sua página no Facebook foi criada no dia seguinte ao 13 de junho, ponto de virada das mobilizações (NUNES, 2022). Com o início dos protestos pelo *impeachment*, Bolsonaro finalmente conseguiu atingir grande volume de engajamento nas redes sociais e se converteu em umas das principais figuras do movimento, sendo um dos momentos cruciais sua homenagem em plenário ao torturador de Dilma Rousseff (ALVES, 2019).

As eleições de 2018 têm como pano de fundo um cenário comunicacional *sui generis*. Embora desde 1998 houvesse algum uso da internet para campanhas políticas, foi a partir de 2010 que esse processo se intensificou (BRAGA; CARLOMAGNO, 2018). Em 2018, a relação entre internet e política se estreitou ainda mais, com o acesso de 70% da população à internet e uma onda crescente de confiança nas informações recebidas por redes sociais, chegando a 45% dos entrevistados em pesquisa do DataSenado (BAPTISTA, 2019; NUNES, 2022).

É verdade, porém, que as redes sociais, em especial o Facebook, o WhatsApp e o YouTube, tiveram maior influência sobre os eleitores de Jair Bolsonaro (MUNDIM; VASCONCELLOS; OKADO, 2023). Como forma de driblar a precariedade de recursos institucionais, a exemplo dos míseros oito segundos de programa eleitoral na TV, Bolsonaro direcionou parte considerável de sua campanha para a internet. O WhatsApp tem papel central e inesperado nesse contexto: o candidato usou a plataforma de troca de mensagens para produzir enquadramentos prévios a fatos políticos e para conformar santinhos digitais, o “Time Bolsonaro Brasil” (PIAIA; ALVES, 2020). Os grupos de WhatsApp foram utilizados de modo a construir uma cadeia de

equivalências entre as pautas que terminou por unir o eleitorado ao presidencialista e por transformar seus apoiadores em propagadores de sua mensagem (CESARINO, 2020). Formas de construção da realidade como o registro e o relato trouxeram para esses grupos uma aproximação e uma validação de suas percepções, a exemplo das denúncias de fraude nas urnas eletrônicas (PIAIA, 2021). Essas eleições evidenciaram o despreparo do TSE para lidar com o novo ambiente comunicacional e com as acusações de excessos por parte das campanhas, como os disparos em massa e a difusão coordenada de mentiras (NUNES, 2019).

O crescimento contínuo de Bolsonaro nas pesquisas eleitorais e a ocupação progressiva das redes sociais fez com que emergisse um movimento de oposição composto por diversos grupos oprimidos que se sentiam ameaçados pelo candidato de extrema direita. O rechaço a posturas racistas, homofóbicas e misóginas de Bolsonaro deu origem ao #EleNão, uma campanha virtual contínua que agregou internautas anônimos e também celebridades. No Facebook, foi organizado o grupo Mulheres Unidas Contra Bolsonaro, que chegou a reunir 3,8 milhões de membros. O grupo se somou a coletivos de mulheres e partidos de esquerda para convocar atos de rua, que se concretizaram em duas manifestações #EleNão: uma no dia 29 de setembro e outra no dia 20 de outubro, com a adesão de dezenas de cidades. No dia seguinte a cada manifestação, atos de apoio a Bolsonaro também tomaram as ruas (MAINIERI, 2020). Destaca-se que nesse momento a relação entre redes e ruas não foi apenas de convocação nas redes para ocupação das ruas. Houve um movimento de retorno: os atores passaram a disputar no ciberespaço também as dimensões e os significados das manifestações de rua. São exemplos disso as tentativas de inflar a própria manifestação e de desqualificação dos protestos adversários (#VERIFICAMOS, 2018; É #FAKE, 2018).

No fim de outubro, Bolsonaro venceu as eleições. Seu governo ficou caracterizado por um uso intenso das redes sociais, que pode ser resumido em: transmitir informações do governo; acenar para sua base; produzir mentiras; atacar a imprensa, as instituições e os adversários; e convocar manifestações de rua. A força de sua presença digital estava menos concentrada no seu perfil e nos perfis institucionais e mais na criação de uma verdadeira rede de mobilização bolsonarista com atuação multiplataforma. Esse fenômeno levou à abertura da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das *Fake News* ainda em 2019, uma comissão destinada a investigar a coordenação de ataques à democracia. No relatório final, a CPMI identificava a existência de um “Gabinete do Ódio”, um grupo integrado por pessoas ligadas ao governo que tinha como objetivo coordenar o ataque digital a seus opositores. Em julho de 2021, foi a vez do STF entrar em campo e abrir o Inquérito das Milícias Digitais (inquérito 4874), com o propósito de investigar a existência de uma organização criminosa para atentar contra a democracia e o Estado de Direito.

No meio do caminho, o mundo foi acometido pela pandemia de covid-19. A atuação de Bolsonaro durante a pandemia se valeu dessas milícias digitais como forma de negar a gravidade

da doença e a eficácia das vacinas, num movimento de contrariedade aos organismos de saúde. Por esse motivo, o Senado instalou a CPI da Pandemia. A CPI tinha como objetivo apurar ações e omissões do governo no enfrentamento da pandemia de covid-19. O capítulo nove do relatório final da CPI é dedicado à “Desinformação na Pandemia (*Fake News*)” e aponta novamente para o papel desempenhado pelo Gabinete do Ódio, desta vez com foco na produção e difusão de mentiras sobre a covid-19 que contribuíram para o agravamento da situação sanitária no Brasil. O núcleo majoritário da CPI, que tinha postura frontalmente anti-Bolsonaro, contou com a ajuda de internautas que, por meio do grupo de Telegram “Camarote da CPI”, forneciam informações aos senadores. Perfis do Twitter como @jairmearrependi, @tesoureiros e @desmentindoboço, criados logo após as eleições de 2018, se somaram a @camarotedacpi e tantos outros usuários para dialogar diretamente com os senadores e, mais do que isso, para disputar no campo digital a narrativa sobre o governo Bolsonaro e sua gestão da pandemia. A atuação coordenada entre parlamentares e internautas nas redes e no Legislativo produziu uma janela de oportunidades que permitiu as primeiras manifestações massivas após o início da pandemia, com pautas de defesa da democracia, apoio às vacinas e rechaço a Bolsonaro (NUNES, 2022).¹

As eleições de 2022 chegaram numa conjuntura muito diferente do que foi 2018. Bolsonaro buscava a reeleição contra um Lula liberto. O presidente se equilibrava entre manter uma postura antipolítica e governar com o *establishment*, entre adotar medidas neoliberais e queimar verba do Estado para conseguir apoio popular. Se por um lado tinha a máquina do governo na mão, por outro, Bolsonaro encontrou um TSE muito mais disposto ao enfrentamento no terreno comunicacional. O ministro Alexandre de Moraes usou o seu poder acumulado como presidente do TSE e relator do inquérito das Milícias Digitais no STF para fazer frente aos abusos no terreno da comunicação política: ordenou às plataformas de redes sociais a exclusão de postagens e a suspensão de perfis. O saneamento da esfera pública colocou um freio nas práticas bolsonaristas e novos atores vieram à tona. O debate eleitoral se ampliou, e perfis de entretenimento e celebridades entraram na disputa, promovendo uma investida contra o bolsonarismo e levando o conteúdo político para um público não mobilizado, o que acabou beneficiando a candidatura de Lula (PIAIA; NUNES, 2023).

Com Lula eleito e Bolsonaro fora do poder, as relações entre internet e política chegam a um novo momento. Em termos dos atores, é preciso observar se de um lado e de outro os líderes políticos conseguirão manter o capital comunicacional acumulado durante o processo eleitoral polarizado. Além disso, abre-se uma discussão sobre, por um lado, a necessidade de regulação das redes sociais e, por outro, sobre possíveis excessos da intervenção do Judiciário no debate

¹ Entretanto, é preciso lembrar que, antes disso, organizações de favela e do movimento negro saíram às ruas para protestar contra a violência policial e o racismo, numa mobilização que aumentou a pressão pelo deferimento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635, a ADPF das Favelas. Em junho de 2020, o ministro Edson Fachin deferiu a ADPF e em agosto o plenário referendou a decisão, promovendo maior controle sobre as operações policiais nas favelas, sobretudo durante a pandemia (OSMO; FANTI, 2021).



público. Fato é que cada vez mais a população brasileira amplia seu acesso à internet: depois da pandemia, esse número chegou a 80%. O uso político da internet tornou-se rotineiro, intrínseco ao funcionamento da política e à própria vida cotidiana. Públicos se formam em plataformas específicas e na articulação entre elas. Cada plataforma, com seus algoritmos e modos de funcionamento, possibilita determinadas formas de ação. Esse ambiente cada vez mais fragmentário e ao mesmo tempo integrado complexifica o ciberativismo e o campo de disputas formado no ciberespaço, um espaço inescapável para quem quer fazer política após os protestos de Junho de 2013.

Conclusões

Este artigo teve como objetivo principal inserir Junho de 2013 na história do ciberativismo no Brasil, de forma a evidenciar continuidades e descontinuidades. Em primeiro lugar, o presente trabalho reconstruiu a trajetória do ativismo digital no país de modo a estabelecer que 2013 não é o início do ciberativismo no Brasil. Ao contrário, desde os anos 1990, atores à esquerda e à direita começaram a utilizar a internet para a disputa política. Primeiro com os BBS, depois os sites e portais até chegar aos blogs e à eclosão das blogosferas com o escândalo do Mensalão, em 2005. Desse modo, o campo ciberativista teve seu momento de emergência e depois de consolidação muito antes dos protestos de 2013.

Por outro lado, recolocar Junho de 2013 na história também passa por reconhecer suas especificidades. Como primeira utilização da internet para a convocação e cobertura de protestos massivos de rua, Junho de 2013 mudou a relação dos brasileiros com a internet e com a política, aprofundando a importância das plataformas de redes sociais e trazendo para o centro das disputas políticas a ocupação do ciberespaço. Com metade da população na internet e, destes, metade com acesso pelo celular, o ciberativismo se tornou algo mais próximo e corriqueiro.

Esse é o cenário que se desenvolve nos anos seguintes, com a rotinização do ciberativismo. As principais disputas políticas do país acabam passando, necessariamente, pelo campo digital. Dos protestos a favor e contra ao *impeachment* às mobilizações bolsonaristas e antibolsonaristas, passando pela primavera feminista e pelas ocupações de escolas, todos os momentos cruciais da política brasileira estabeleceram uma relação direta e profunda com a internet. Esse é o momento em que se encontra o país, com o crescimento de complexidades na relação entre internet e política.

Essa reconstrução da história do ciberativismo no Brasil permite ainda estabelecer linhas de continuidade. Uma delas diz respeito ao olavismo digital, que começou a se formar no fim dos anos 1990, passou pelo portal Mídia Sem Máscara nos anos 2000, foi ampliado para uma blogosfera de direita radical e trouxe implicações que podem ser encontradas tanto em 2013



quanto nas manifestações *pró-impeachment* e na construção do bolsonarismo. O Gabinete do Ódio denunciado por comissões de investigação deve muito de sua lógica de funcionamento ao olavismo digital. Do mesmo modo, há pontos claros de convergência entre a gramática anticorrupção da blogosfera de centro-direita, formada com a febre dos blogs de política, a mobilização em prol da lei da Ficha Limpa, o discurso antipolítico que tomou conta das ruas e das redes em 2013 e depois seu encapsulamento no campo da extrema direita, operado pelo antipetismo fomentado pela Lava Jato. Já no campo da esquerda, é interessante observar a autonomização do ciberfeminismo em relação à blogosfera progressista e seus momentos de coalizão, como os protestos contra o *impeachment* de Dilma, os atos “Fora Cunha” e, por fim, as mobilizações “Ele Não”.

Em que pese os esforços dessa empreitada, há muito ainda por ser explorado na elaboração de uma história das relações entre internet e política no Brasil. Um caminho interessante pode ser retomar a trajetória de atores políticos que se fizeram relevantes em Junho de 2013 de maneira mais detida, observando o antes e o depois. Ademais, o estudo sobre os usos políticos de algumas plataformas ainda precisa ser refinado, dentre os quais se destaca o YouTube, que em geral é considerado apenas como um repositório, e não como uma rede social, e, talvez por isso, sua história no Brasil seja ainda uma incógnita, incluindo a falta de mapeamento de sua utilização em 2013. Essas sugestões iniciais apenas demonstram que, mesmo passados dez anos, os conhecimentos produzidos quanto aos aspectos comunicacionais de Junho de 2013 são ainda deveras fragmentários.

Referências

- #VERIFICAMOS: foto de Copacabana cheia pró-Bolsonaro é falsa. *Terra*, [s. l.], 1 out. 2018. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mito-ou-fato/verificamos-e-antiga-foto-de-copacabana-tomada-por-supostos-apoiadores-de-bolsonaro,4802483274dae836c179517486be35b75rigqy2d.html>. Acesso em: 30 nov. 2023.
- ALDÉ, A.; ESCOBAR, J.; CHAGAS, V. A febre dos blogs de política. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v. 14, n. 33, p. 29-40, 2008.
- ALDÉ, A.; MENDES, G.; FIGUEIREDO, M. Imprensa e eleições presidenciais: natureza e consequências da cobertura das eleições de 2002 e 2006. In: LIMA, V. A. (ed.). *A mídia nas eleições de 2006*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- ALONSO, A. Protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. especial, p. 49-58, 2017.
- ALONSO, A.; MISCHÉ, A. Changing repertoires and partisan ambivalence in the new brazilian protests. *Bulletin of Latin American Research*, [s. l.], v. 36, n. 2, p. 139-280, abr. 2017.



- ALVES, M. Desarranjo da visibilidade, desordem informacional e polarização no Brasil entre 2013 e 2018. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- AMARAL, A.; RECUERO, R.; MONTARDO, S. P. Blogs: mapeando um objeto. In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 6., 2008, Niterói. *Anais [...]*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008. Disponível em: <http://www.raquelrecuero.com/AmaralMontardoRecuero.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2023.
- ANDRADE, M. M. de F. *Negritude em rede: discursos de identidade, conhecimento e militância – um estudo de caso da comunidade Negros do Orkut (2004-2011)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ARAÚJO, J. S. O pessoal ainda é político: hashtags e compartilhamento de testemunhos pessoais como estratégias ciberfeministas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER, 9., 2016, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: PUC-SP, 2016. Disponível em: https://abciber.org.br/anaiseletronicos/wp-content/uploads/2016/trabalhos/o_pessoal_ainda_e_politico_hashtags_e_compartilhamento_d_e_testemunhos_pessoais_como_estrategias_ciberfeministas_julia_silveira_de_araujo.pdf. Acesso em: 1 dez. 2023.
- BAPTISTA, R. Redes sociais influenciam voto de 45% da população, indica pesquisa do DataSenado. *Senado Notícias*, Brasília, DF, 12 dez. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/12/12/redes-sociais-influenciam-voto-de-45-da-populacao-indica-pesquisa-do-datasenado>. Acesso em: 1 dez. 2023.
- BARROS FILHO, C.; COUTINHO, M.; SAFATLE, V. Os usos das novas mídias na campanha presidencial de 2006. In: LIMA, V. A. (ed.). *A mídia nas eleições de 2006*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- BENAKOUCHE, T. Redes técnicas/redes sociais: pré-história da internet no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 35, p. 124-133, 1997.
- BIROLI, F.; MANTOVANI, D. A parte que me cabe nesse julgamento: a Folha de S.Paulo na cobertura ao processo do “mensalão”. *Opinião Pública*, Campinas, v. 20, n. 2, p. 204-218, 30 out. 2014.
- BLOGUEIRO. *Estadão*, São Paulo, 7 dez. 2009. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20170330084757/https://www.estadao.com.br/blogs/retrospectiva/blogueiro/>. Acesso em: 1 dez. 2023.
- BRAGA, S.; CARLOMAGNO, M. Eleições como de costume? Uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais brasileiras pelas tecnologias digitais (1998-2016). *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 26, p. 7-62, maio/ago. 2018.
- BRINGEL, B.; PLEYERS, G. Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, nov. 2015.

- BRITO, P. C. de S. “*Primavera das mulheres*”: internet e dinâmicas de protesto nas manifestações feministas no Rio de Janeiro em 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- CAIRES, L. H. G. *Quem faz a mídia no CMI Brasil: jornalismo alternativo, ativista e colaborativo na internet*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- CARVALHO, E. de M. *Jornalismo em rede: a blogosfera progressista como ecossistema midiático*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.
- CARVALHO, M. S. R. M. de. *A trajetória da internet no Brasil: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- CASTILHO, C. Caso Nassif/Veja esquenta a guerra política na blogosfera brasileira. *Observatório da Imprensa*, [s. l.], 15 fev. 2008. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/caso-nassifveja-esquenta-a-guerra-politica-na-blogosfera-brasileira/>. Acesso em: 1 dez. 2023.
- CESARINO, L. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. *Internet & Sociedade*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 91-120, fev. 2020.
- CHAGAS, V. “Não tenho nada a ver com isso”: cultura política, humor e intertextualidade nos memes das Eleições 2014. In: CERVI, E. U.; MASSUCHIN, M. G.; CARVALHO, F. C. (eds.). *Internet e eleições no Brasil*. Curitiba: CPOP, 2016.
- CHAGAS, V. *A blague do blog: interatividade, subjetividade, e horizontalidade nos blogs jornalísticos de política*. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2007.
- CHAGAS, V. Digerindo o indigesto: a escatologia política do vomitão. *Galáxia*, São Paulo, n. 40, p. 41-56, jan./abr. 2019.
- CHAVES, L.; COGO, D. Ativismo pela igualdade racial no Brasil, comunicação em rede e internet: a Agência de Notícias Afropress. *Index.comunicación*, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 211-245, 2013.
- DARBILLY, L. V. C. *Blogosfera, estratégias de subversão e o campo da comunicação no Brasil: uma análise do Movimento dos Blogueiros Progressistas sob uma perspectiva de estudos organizacionais*. Tese (Doutorado) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.
- DELORENZO, A. G. T. *Internet e ativismo: os protestos de junho de 2013 no Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do ABC, Santo André, 2015.
- DIAS, T. dos S. “*É uma batalha de narrativas*”: os enquadramentos de ação coletiva em torno do *impeachment* de Dilma Rousseff no Facebook. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017.
- DUTRA, M. P.; NUNES, T. de G. A Marcha das Vadias como redes de movimentos e significados. *Prolegómenos*, Bogotá, v. 18, n. 36, p. 153-168, 2015.



- É #FAKE versão de que imagem de protesto no Rio mostra prédio que desabou. *GI*, [s. l.], 30 set. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/09/30/e-fake-mensagem-que-diz-que-protesto-nao-aconteceu-no-rio-porque-mostra-predio-desabado.ghtml>. Acesso em: 1 dez. 2023.
- EDUARDO Cunha sobre aborto: 'vai ter que passar por cima do meu cadáver para votar'. *O Globo*, [s. l.], 9 fev. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eduardo-cunha-sobre-aborto-vai-ter-que-passar-por-cima-do-meu-cadaver-para-votar-15290079>. Acesso em: 1 dez. 2023.
- FACEBOOK ultrapassa Orkut em usuários únicos no Brasil, diz Ibope. *GI*, São Paulo, 10 set. 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2011/09/facebook-ultrapassa-orkut-em-usuarios-unicos-no-brasil-diz-ibope.html>. Acesso em: 1 dez. 2023.
- FELITTI, G. *Bloques*: debates sobre três perspectivas e desenvolvimento do fenômeno no Brasil. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
- FERREIRA, D. H. da M. *et al.* Ciclos políticos, econômicos e de protesto no Brasil contemporâneo. In: TAVARES, F. M. M.; BALLESTRIN, L.; MENDONÇA, R. F. (orgs.). *Junho de 2013: sociedade, política e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022. p. 191-224.
- FIDELIS, F.; LOPES, F. M. E. Jornadas de Junho de 2013: formas de mobilização online e a ação de ativistas em Brasília por meio do Facebook. *Universitas*, Brasília, DF, v. 12, n. 1, p. 37-53, 2015.
- GALLO, S. *Guia do CBBS*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- GENTILLI, V. Blog da Petrobras: novas relações entre jornalista e fonte? *Comunicação & Informação*, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 165-178, 2012.
- GOHN, M. da G. M. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. *Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 16, n. 47, p. 125-146, 2016.
- GUISORDI, P. C. *Os impactos da internet sobre os processos de mobilização política: uma análise da campanha da Ficha Limpa*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.
- HELMOND, A. The platformization of the web: making web data platform ready. *Social Media + Society*, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 1-11, 2015.
- KETZER, A.; ROSA, R. "Se não tivesse o Facebook, talvez nem tivesse acontecido": contranarrativas juvenis em rede no movimento de ocupação de escolas públicas brasileiras (2015-2016). In: ENCONTRO REGIONAL SUL DE HISTÓRIA DA MÍDIA – ALCAR SUL, 7., 2018, Santa Maria. *Anais [...]*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1_54OICnKovnttutKLkkWw8QP5VklWVVh/view. Acesso em: 1 dez. 2023.
- MAINIERI, T. Internet e eleições no Brasil: o movimento das mulheres pela democracia. *PAULUS*, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 87-103, 2020.



- MARTINS, R.; FREITAS, A. É o fim dos blogs ou só da blogosfera? *Estadão*, São Paulo, 25 ago. 2009.
Disponível em:
<https://web.archive.org/web/20090828164436/https://www.estadao.com.br/noticias/tecnologia+link,e-o-fim-dos-blogs-ou-so-da-blogosfera,2950,o.shtm>. Acesso em: 1 dez. 2023.
- MENDONÇA, R. F. *et al.* Protests as “events”: the symbolic struggles in 2013 demonstrations in Turkey and Brazil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 27, n. 69, p. 1-27, 2019.
- MITRE, M.; DOIMO, A. M.; MAIA, R. C. M. Movimentos sociais, internet e novos espaços públicos: o caso da DH Net. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. da (orgs.). *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 178-201.
- MUNDIM, P. S.; VASCONCELLOS, F.; OKADO, L. Social networks and mobile instant messaging services in the election of Jair Bolsonaro as president of Brazil in 2018. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 66, n. 2, p. 1-37, 2023.
- NUNES, R. *O campo ciberativista no Brasil: atores, práticas e gramáticas em disputa no ciberespaço (1995-2018)*. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
- NUNES, R. O TSE no labirinto da mentira. In: PAULA, C.; FERES JÚNIOR, J. (eds.). *Eleições 2018 e a crise da democracia brasileira*. Curitiba: Appris, 2019. p. 127-130.
- NUNES, R. *Transfeminismo.com: ciberativismo e identidade coletiva*. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- NUNOMURA, E. Y. *O mensalão impresso: o escândalo político-midiático do governo Lula nas páginas de Folha e Veja*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- OLIVEIRA, S. 2013 – Retrospectiva dos protestos em Porto Alegre: 2013, o ano que não terminou. *Sul 21*, Porto Alegre, 25 dez. 2013. Disponível em: <https://10anos.sul21.com.br/2013/12/25/2013-retrospectiva-dos-protestos-em-porto-alegre-2013-o-ano-que-nao-terminou/>. Acesso em: 1 dez. 2023.
- OSMO, C.; FANTI, F. ADPF das favelas: mobilização do direito no encontro da pandemia com a violência policial e o racismo. *Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 2102-2146, 2021.
- PADILHA, F.; FACIOLI, L. Sociologia digital: apontamentos teórico-metodológicos para uma analítica das mídias digitais. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 54, n. 3, p. 305-316, 2018.
- PATSCHIKI, L. *Os litores da nossa burguesia: o Mídia sem Máscara em atuação partidária (2002-2011)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2012.
- PAULINO, R. A força e a rebeldia da Revolta do Busão, em Natal. *Correio da Cidadania*, [s.l.], 29 mai. 2013. Disponível em: <https://www.correiocidadania.com.br/social/8412-29-05-2013-a-forca-e-a-rebelia-da-revolta-do-busao-em-natal>. Acesso em: 1 dez. 2023.
- PENTEADO, C. L. de C.; LERNER, C. A direita na rede: mobilização online no *impeachment* de Dilma Rousseff. In: *Em Debate*, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 12-24, abr. 2018.

- PENTEADO, C. L. de C.; PEREIRA, N. B.; FIACADORI, G. O Planalto em disputa no Facebook: um estudo dos perfis de Dilma Rousseff e Aécio Neves nas eleições de 2014. In: CERVI, E. U.; MASSUCHIN, M. G.; CARVALHO, F. C. (eds.). *Internet e eleições no Brasil*. Curitiba: CPOP, 2016. p. 275-295.
- PENTEADO, C. L. de C.; SANTOS, M. B. P.; ARAÚJO, R. de P. A. O movimento “Cansei” na blogosfera: o debate nos blogs de política. In: AMARAL, A.; RECUERO, R.; MONTARDO, S. P. (eds.). *Blogs.Com: estudos sobre blogs e comunicação*. São Paulo: Momento Editorial, 2009. p. 135-159.
- PEREIRA, N. B. *Movimentos sociais e descentramento das identidades coletivas no Brasil contemporâneo: da pluralização às identidades ciberorientadas*. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
- PEREZ, O.; RICOLDI, A. A quarta onda do feminismo? Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 42., 2018, Caxambu. *Anais [...]*. Caxambu: Hotel Glória, 2018.
- PIAIA, V. *Comunicação política e construção da realidade: o WhatsApp nas eleições presidenciais de 2018*. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
- PIAIA, V.; ALVES, M. Abrindo a caixa preta: análise exploratória da rede bolsonarista no WhatsApp. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, [s. l.], v. 43, n. 3, p. 135-154, set./dez. 2020.
- PIAIA, V.; NUNES, R. A cobertura das eleições de 2022 em perfis de entretenimento e celebridades no Twitter. *COMPOLÍTICA*, 10., 2023, Fortaleza. *Anais [...]*. Fortaleza: UFC, 2023. Disponível em: http://compolitica.org/novo/wp-content/uploads/2023/05/GT07_Piaia_Nunes-Raul-Nunes.pdf. Acesso em: 1 dez. 2023.
- PIAIA, V.; NUNES, R. Bolsonaro, entretenimento e política. *Compolitica*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 87-112, 2022.
- RECUERO, R. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- RECUERO, R. Weblogs, webrings e comunidades virtuais. *404notfound*, [s. l.], v. 1, n. 31, p. 1-15, 2003.
- ROCHA, C. “Menos Marx, mais Mises”: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- ROCHA, C. Cristianismo ou conservadorismo? O caso do movimento antiaborto no Brasil. *Revista TOMO*, São Cristóvão, n. 36, p. 43-77, 2020.
- ROMANCINI, R.; CASTILHO, F. “Como ocupar uma escola? Pesquiso na Internet!”: política participativa nas ocupações de escolas públicas no Brasil. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, [s. l.], v. 40, n. 2, p. 90-110, 2017.
- RONAI, C. O triunfo dos blogs. *Cora*. [S. l.], 16 jun. 2005. Blog. Disponível em: <https://cora.blogspot.com/2005/06/o-triunfo-dos-blogsassim-como-no-outro.html>. Acesso em: 1 dez. 2023.

- ROVAI, R. *Um novo ecossistema midiático: a história do jornalismo digital no Brasil*. Buenos Aires: CLACSO, 2018.
- SCHERER-WARREN, I. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, 2014.
- SCHIECK, M. *Ciberativismo: um olhar sobre as petições online*. [S. l.]: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2009.
- SEGURADO, R.; CHICARINO, T. Posicionamento político no Facebook: um estudo sobre coletivos/movimentos sociais durante as eleições de 2014. In: CERVI, E. U.; MASSUCHIN, M. G.; CARVALHO, F. C. (eds.). *Internet e eleições no Brasil*. Curitiba: CPOP, 2016. p. 117-147.
- SINGER, A. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 97, p. 23-40, nov. 2013.
- SOUSA, C. A. L. de. *ONGs e internet: da ação educativa e política no lugar ao ciberespaço*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.
- TATAGIBA, L. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 13, n. 28, p. 35-62, 2014.
- TAVARES, F. M. M.; RORIZ, J. H. R.; OLIVEIRA, I. C. As jornadas de maio em Goiânia: para além de uma visão sudestecêntrica do junho brasileiro em 2013. *Opinião Pública*, Campinas, v. 22, n. 1, p. 140-166, 2016.
- VALLE, T. D. *et al.* Ciberativismo em ação: a cobertura do coletivo Mídia Ninja, no Facebook, durante as manifestações de junho de 2013, no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA (ALCAR 2015), 10., 2015, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: UFRS, 2015.
- VIEIRA, E. *Os bastidores da internet no Brasil*. São Paulo: Manole, 2003.